

ESTADO DE S. PA

Promulgada a emenda da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte — a 26ª da Constituição em vigor — foi promulgada ontem de manhã, em sessão solene no Congresso Nacional, com seu presidente, senador José Fragelli, dizendo que o ato representa para o Brasil a “antecipação política e social do século XXI”. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, confessou que há 21 anos sonhava com esse dia.

Por iniciativa dos presidentes da Câmara e do Senado, o ato revestiu-se de caráter especial. Normalmente, as emendas constitucionais são promulgadas em sessão solene, mas com escassa presença de parlamentares e sem convidados especiais. Desta vez, foram convidados os ministros de Estado — metade compareceu — e os integrantes do corpo diplomático. E ao contrário do que habitualmente ocorre, quando fala apenas o presidente do Congresso, ontem pronunciaram-se um senador, Aloysio Chaves (PDS-PA), em nome da minoria, e um deputado, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), além do presidente da Câmara.

A sessão durou exatamente uma hora. Fragelli abriu os trabalhos, convidou para tomar assento à Mesa o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, como representante do Poder Judiciário, e, a seguir, a banda do Batalhão de Guardas Presidencial, nas galerias (por sinal, vazias), executou o Hino Nacional.

Como de praxe, Fragelli leu um documento historiando a tramitação da matéria. A seguir, o 1º secretário do Senado, senador Enéas Faria (PMDB-PR), leu o texto da emenda. Fragelli convidou Ulysses a assiná-lo em primeiro lugar. Ele próprio assinou-o em seguida e então proclamou: “Declaro à Nação que está promulgada a emenda constitucional nº 26, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte”. Todo o plenário aplaudiu, de pé.

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
100

Aloysio Chaves, primeiro orador, começou citando o Eclesiastes “todas as coisas têm o seu tempo...”, defendeu a necessidade de nova Constituição e advertiu os futuros constituintes para não adotarem modelos estrangeiros sem ajustá-los corretamente às peculiaridades brasileiras. “Nem cópia, nem enxerto, nem remendo” — exortou ele. Pimenta da Veiga notou estar sendo a convocação promulgada justamente no dia do segundo aniversário da morte do ex-senador Teotônio Vilela, numa espécie de homenagem a ele, que foi um dos líderes da campanha que resultou nessa convocação. Enalteceu também o papel de Ulysses Guimarães e do presidente José Sarney, sem o qual, a seu ver, não teria sido possível essa iniciativa.

Ulysses Guimarães falou da jornada da Nação, “longa, áspera e carregada de sacrifícios”, até chegar à aprovação da emenda convocatória. Disse que a convocação “é do povo, não das elites” e assinalou que a futura Constituição “será a da mudança, não a do *statu quo*”. Quase toda a bancada do PMDB levantou-se para aplaudir-lo quando Ulysses afirmou estar vendo concretizar-se seu acalentado sonho “de 21 anos”.

Fragelli encerrou a sessão lembrando a observação feita por Pedro Calmon, de que, no Brasil, os séculos históricos não têm coincidido com os séculos cronológicos. Esse próprio ato de convocação de uma Assembleia constituinte, para ele, tem o significado de “uma antecipação política e social do século XXI”.

Com a promulgação, a nova emenda constitucional entrou em vigor. Dela são tirados seis autógrafos — cópias encadernadas e assinadas pelos membros das Mesas da Câmara e do Senado —, os destinados à Câmara, ao Senado, à Presidência da República, ao STF, ao TSE e ao Arquivo Nacional. O da presidência deverá ser entregue em mãos ao presidente José Sarney pelos integrantes das mesas das duas Casas do Congresso.